O máximo e o mínimo

JORNAL DA FOLHA

Um simples exame das matérias pendentes no Congresso mostra o déficit daquela nobre instituição para com a sociedade e para com a democracia. Aprovação da convocação da Constituinte, aprovação da regulamentação das prerrogativas dos congressistas, aprovação da reforma tributária e aprovação da reforma partidária era o mínimo que se esperava no período legislativo que se encerra. É claro que não teremos nem isto.

Convocação da Constituinte, da reforma tributária e uma lei de emergência para os partidos políticos ainda são esperadas. Isto só poderá ocorrer se o Congresso trabalhar em outro ritmo que aquele que desenvolveu até agora.

É evidente que os congressistas poderão alegar que um

processo de transição é complexo e que isto dificulta a tomada de decisão pelos plenários e pelas comissões. Não resta dúvida que têm em grande parte razão. Entretanto, é legítimo que os cidadãos possam perguntar se seus representantes têm se esforçado nos trabalhos com a intensidade que a transição democrática exige. Certamente serão poucos os parlamentares que poderão afirmar que a instituição a que pertencem não tem débitos para com a sociedade.

Quando a sociedade pede muito mais do que lhe era prometido, como por exemplo uma revisão profunda da consolidação da legislação do trabalho, uma revisão profunda de nossos códigos básicos, afirmar que o que foi feito foi suficiente seria falso.